

Clipping n° 1229

, 17 Outubro 2013 - 14:03:47

Fiepi reúne empresários e debate competitividade no cenário piauiense Na última quinta-feira, dia 10, empresários do estado do Piauí se reuniram na sede da Fiepi, em Teresina, para discutir e trocar experiências sobre a competitividade e desafios industriais. A reunião foi promovida pelo Plano de Desenvolvimento Associativo da FIEPI - PDA/FIEPI e conduzida pela consultora de Desenvolvimento de Liderança da Confederação Nacional da Indústria - CNI, Mara Sampaio. O presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica Regional Piauí (ABIGRAF-PI), James Hermes dos Santos, afirmou que é preciso orientar o setor para que os empresários adotem as melhores estratégias em relação à competitividade. No setor gráfico, por exemplo, é imprescindível que os colaboradores estejam qualificados. Além disso, outra grande preocupação do setor são as constantes inovações tecnológicas e o sucateamento da aparelhagem, salientou. Fiepi (Adaptado de RV&A)

Consumo brasileiro deve crescer 4,3% em 2013, diz pesquisa da ACSP Em entrevista para o jornal Folha de S. Paulo, Ulisses Ruiz de Gamboa, economista da Associação Comercial do Estado de São Paulo (ACSP) disse que o desaquecimento do varejo está relacionado, entre outros aspectos, à queda da confiança do consumidor. A análise é fruto da projeção de crescimento das vendas do varejo nacional, para 4,3% em 2013. No ano passado, o índice ficou em 8,4%. O levantamento é feito com base no Índice Nacional de Confiança medido pela entidade. O cenário mostra que o crédito, emprego e o salário do trabalhador brasileiro continuam avançando, só que em um ritmo mais contido. Segundo especialistas, o crescimento do País não deve mais se sustentar pelo vigoroso dinamismo de consumo observado nos últimos anos e sim pela retomada dos investimentos, capacitação da força de trabalho, aumento da produtividade e competitividade nacional. Meio & Mensagem

Emprego formal em setembro sobe 4,32%, diz Caged O saldo líquido de empregos formais gerados em setembro foi de 211.068, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado nesta quarta-feira, 16, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O saldo do mês passado é resultado de 1.805.458 admissões e de 1.594.390 demissões. Os totais de contratações e desligamentos em setembro foram os maiores para este mês da série histórica, segundo o Ministério do Trabalho.

Leia também Segunda-feira é o melhor dia para procurar emprego O resultado ficou acima do intervalo das previsões obtidas pelo AE Projeções, que iam de 60.415 a 170 mil vagas no mês passado. O saldo líquido de criação de vagas em setembro é o maior para o mês desde 2010, quando somou 248.875 na série sem ajuste, ou seja, a que considera apenas as informações enviadas pelas empresas até a data limite determinada pelo governo. Após esse período, há um ajuste da série histórica, quando as empregadoras enviam as informações atualizadas para o governo. Segundo o Caged, o resultado de setembro foi 4,32% maior do que em setembro do ano passado, quando ficou em 202.331 pela série ajustada. Já pela série sem ajuste, houve alta de 40,40% na comparação com igual mês de 2012, quando o volume de vagas criadas foi de 150.334. No acumulado do ano até setembro, houve criação líquida de empregos formais de 1.323.461. Fonte: ESTADÃO

Caged: SP gera mais vagas, mas Nordeste supera Sudeste O Estado de São Paulo gerou 45.275 postos de trabalho com carteira assinada em setembro. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado nesta

terça-feira, 16, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), esse é o maior saldo para o mês dos últimos três anos. Depois de São Paulo, mereceram destaque os Estados de Pernambuco (29.988), Alagoas (16.285), Paraná (15.925) e Rio de Janeiro (15.653). Os Estados que mostraram desempenho recorde para o período, de acordo com o MTE, foram o Pará, com a expansão de 7.317 postos de trabalho, e a Paraíba (6.618). O único Estado que não obteve aumento do mercado de trabalho em setembro foi Rondônia, com o fechamento de 72 postos. O resultado foi devido principalmente à redução de 611 vagas de trabalho na construção civil. Com os resultados positivos dos Estados do Nordeste em setembro, a região foi responsável pela criação líquida de 78.167 postos no mês, superando o Sudeste, tradicional líder na geração de vagas de trabalho. No mês passado, o Sudeste criou 72.612 empregos, enquanto o Sul foi responsável pela geração de 38.003, o Norte, por 11.552 e o Centro-Oeste, por 10.739. Fonte: ESTADÃO

ATENÇÃO! PL 4.330/04 está pronto para votação no plenário da Câmara O prazo de cinco sessões do plenário da Câmara expirou e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não votou o PL 4.330/04, que pretende expandir a terceirização no País. Desse modo, o projeto será votado em plenário em qualquer momento, já que a pauta está livre. Isto é, não há nenhuma proposta travando as votações ordinárias do plenário da Casa. O prazo de cinco sessões foi determinado pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), que acatou requerimento neste sentido apresentado pelo deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS). Este ardil regimental, não há dúvida, atropela entendimento que só se votaria o projeto quando se alcançasse um consenso em torno da matéria. **Leia mais: Henrique Alves dá prazo para CCJ votar PL 4.330/04, da terceirização**

Agora, é preciso ter atenção redobrada, pois a pauta está livre e o projeto pode ser agendado para votação em qualquer momento. Urge uma mobilização nacional do movimento sindical, pois a despeito da decisão das bancadas do PT e do PCdoB que fecharam questão contra o projeto, as demais bancadas partidárias não têm essa posição. Ou estão divididas em relação ao tema ou estão integralmente a favor do projeto. A despeito de haver quase um amplo consenso social contra o projeto, a bancada empresarial, majoritária na Câmara, articula e faz pressão para aprovar o projeto, que só é apoiado hoje pelos empresários. Não há mais dúvidas que é necessário regulamentar o trabalho terceirizado no País. Mas a divergência em torno do PL 4.330/04 é que não é isto que pretende a matéria relatada pelo deputado Arthur Oliveira Maia (SDD-BA). A propósito, contraditoriamente, o relator agora é membro de um partido de orientação sindical, o Solidarietade, fundado pelo deputado Paulo Pereira da Silva (SP), presidente da Força Sindical. **Leia artigo: Antônio Augusto de Queiroz: O imbróglio da terceirização**

Na verdade, ao ampliar a terceirização para o setor fim das empresas Arthur Maia apenas expande essa modalidade de contratação da mão de obra, sem com isso estabelecer regramentos que coíbam a precarização das relações de trabalho dessa massa de trabalhadores que hoje trabalham nessas condições e também futuros trabalhadores que não poderão ingressar no mercado de trabalho por meio desse modelo que os empresários querem validar no Brasil. O texto de Arthur Maia tem quatro pontos polêmicos e em todos eles prevaleceu os interesses do poder econômico. O primeiro é a abrangência da terceirização – se deve valer para todas as atividades da empresa ou só para trabalhos secundários, as chamadas atividades-meio. Prevalece no texto a terceirização também na atividade-fim da empresa. O segundo ponto é a responsabilidade da empresa contratante em relação às obrigações trabalhistas deve ser solidária ou subsidiária. O relator optou pela segunda. A terceira divergência é sobre a garantia aos terceirizados dos direitos trabalhistas vigentes para os trabalhadores contratados diretamente pela empresa, o que envolve a questão da representação sindical. Esta questão está em aberto no texto. O último ponto é sobre a terceirização no serviço público, que interessa ao Ministério do Planejamento regulamentar, pois segundo os gestores, o governo tem tido muito prejuízo com os calotes das contratadas, que ao não pagarem a mão de obra, a contratante (o governo) arca com os prejuízos trabalhistas e previdenciários. Diante disso, só resta agora ao movimento sindical dar combate permanente e tenaz ao projeto, pois a intransigência do poder econômico não permitiu e permite que haja um texto mais equilibrado e que represente as demandas dos trabalhadores. Com a palavra o movimento sindical! Fonte: DIAP **Jorge Caetano Ferminopj**